



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

ANA KAROLINA DO NASCIMENTO MACIEL

**EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO: Desafios e
possibilidades para os/as professores/as.**

JOÃO PESSOA-PB
2023

ANA KAROLINA DO NASCIMENTO MACIEL

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO: Desafios e possibilidades para os/as professores/as.

Monografia de graduação apresentada ao Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Dr^a. Izaura Maria de Andrade da Silva.

JOÃO PESSOA-PB
2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M152e Maciel, Ana Karolina do Nascimento.

Educação especial na perspectiva da inclusão:
desafios e possibilidades para os/as professores/as /
Ana Karolina do Nascimento Maciel. - João Pessoa, 2023.
38 f. : il.

Orientação: Izaura Maria de Andrade da Silva.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Práticas pedagógicas. 2. Inclusão. 3. Desenho
Universal para a Aprendizagem. 4. Trabalho
colaborativo. I. Silva, Izaura Maria de Andrade da. II.
Título.

UFPB/BS/CE

CDU 376(043.2)

ANA KAROLINA DO NASCIMENTO MACIEL

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO: Desafios e possibilidades para os/as professores/as.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

RESULTADO Aprovada NOTA: 10.

João Pessoa, 06 de junho de 2023.

 Documento assinado digitalmente
IZAURA MARIA DE ANDRADE DA SILVA
Data: 14/06/2023 10:13:21 -0300
Verifique em <https://validar.ti.gov.br>

Dra. Prof.^a. Izaura Maria de Andrade da Silva (orientadora)
Universidade Federal da Paraíba

Dra. Prof.^a. Munique Massaro (Examinadora)
Universidade Federal da Paraíba

Dra. Prof.^a. Taisa Caldas Dantas(Examinadora)
Universidade Federal da Paraíba

AGRADECIMENTOS

Neste momento, é indispensável demonstrar a minha gratidão a todos que fizeram parte dessa trajetória para a minha formação acadêmica. Uma caminhada de muita perseverança, pois muitos foram os obstáculos. Mas enfim, aqui estou eu de pé e digo que nunca desistam de seus sonhos.

Quero agradecer primeiramente a Deus, que me deu a oportunidade de ingressar nessa instituição, e por ter me abençoado para concluir esta graduação.

Muita gratidão ao meu esposo Delleon e aos meus filhos Delleon Filho e Davi por sempre me incentivarem a continuar, pela paciência e amor nos momentos difíceis.

Agradeço a minha mãe Vânia e a minha irmã Ana Karla por me incentivarem e apoiarem nos momentos que eu mais precisei.

Sou grata a minha sogra por ter compartilhado materiais e experiências vividas enquanto professora.

Agradeço também a todos os meus professores que compartilharam conhecimentos valiosos e que me fizeram olhar para a educação com outros olhos.

A minha querida professora e orientadora Izaura Maria que me deu todo suporte que eu precisava para construção desta pesquisa e me orientou com todo carinho e atenção.

Por fim, agradeço a todos de minha família e amigos que de alguma forma me encorajaram a continuar.

"A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades."

Paulo Freire

RESUMO

Esta pesquisa aborda a Educação Especial na perspectiva da inclusão. O objetivo do estudo é analisar os desafios e as possibilidades acerca do trabalho dos professores da sala de aula regular e do Atendimento Educacional Especializado. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa de campo com foco qualitativo. O campo da pesquisa foi uma escola pública da cidade de João Pessoa-PB. Durante os momentos do estágio supervisionado da pesquisadora para o ensino fundamental e para a educação especial, utilizou-se registros de observação elaborados. Além de entrevistas que foram aplicadas para duas professoras, uma da sala de aula regular e outra do Atendimento Educacional Especializado, foram sessões únicas e individuais, sendo gravadas por meio do aplicativo Gravador de voz-voz de um aparelho celular. Em seguida as entrevistas foram transcritas e analisadas com base em temas norteadores. A partir deste estudo nota-se que a Educação Especial na perspectiva da inclusão ainda enfrenta muitos desafios. A análise dos dados mostrou que há uma falta de formação específica para o professor da sala de aula regular e uma grande demanda de tempo, contudo, a colaboração do professor do Atendimento Educacional Especializado abre oportunidades para uma formação continuada que se constrói no cotidiano. Além disso, foi possível perceber que o trabalho individualizado ainda é bem presente na escola. O estudo permitiu concluir que há uma demanda para além da prática do professor, questões políticas e estruturais, que acabam interferindo no modelo de trabalho desse profissional e que aliadas a uma falta de formação continuada se configuram como um grande desafio para a inclusão. Mas apesar de, foi notório a disposição e o reconhecimento da Educação Especial inclusiva.

Palavras-chave: Práticas pedagógicas. Inclusão. Desenho Universal para a Aprendizagem. Trabalho Colaborativo.

ABSTRACT

This research addresses Special Education from the perspective of inclusion. The objective of the study is to analyze the challenges and possibilities regarding the work of teachers in the regular classroom and in Specialized Educational Assistance. From the methodological point of view, this is a field research with a qualitative focus. The research field was a public school in the city of João Pessoa-PB. During the moments of the researcher's supervised internship for elementary and special education, elaborate observation records were used. In addition to interviews that were applied to two teachers, one from the regular classroom and the other from the Specialized Educational Service, there were single and individual sessions, being recorded using the voice-voice recorder application on a cell phone. Then the interviews were transcribed and analyzed based on guiding themes. Based on this study, it can be seen that Special Education from the perspective of inclusion still faces many challenges. Data analysis showed that there is a lack of specific training for the regular classroom teacher and a great demand for time, however, the collaboration of the Specialized Educational Assistance teacher opens opportunities for continuing education that is built in everyday life. In addition, it was possible to perceive that individualized work is still very present in the school. The study concluded that there is a demand beyond the teacher's practice, political and structural issues, which end up interfering in this professional's work model and which, combined with a lack of continuing education, constitute a great challenge for inclusion. But despite this, the willingness and recognition of inclusive Special Education was notorious.

Keywords: Pedagogical practices. Inclusion. Universal Design for Learning. Collaborative Work.

LISTA DE ABREVIATURAS /SIGLAS

AEE Atendimento Educacional Especializado

CAST Center for Applied Special Technology

DUA Desenho Universal para a Aprendizagem

LDB Lei de Diretrizes e Bases

MEC Ministério da Educação

ONU Organização das Nações Unidas

PNEEPEI Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

SEESP Secretaria de Educação Especial

SRM Sala de Recursos Multifuncionais

TDAH Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade

TCC Trabalho de Conclusão de Curso

TEA Transtorno do Espectro Autista

TED Transtorno Específico do Desenvolvimento

TOD Transtorno Opositivo Desafiador

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
1.2 Educação Especial Inclusiva	11
1.2 Desenho Universal para a Aprendizagem	14
1.3 Trabalho Colaborativo	18
2 MATERIAL E MÉTODO	21
2.1 Aspectos Éticos da Pesquisa	21
2.2 Local da pesquisa	21
2.3 Participantes da pesquisa	22
2.4 Procedimentos para coleta e análise dos dados.....	22
3 ANÁLISE DOS RESULTADOS	24
3.1 Descrição das participantes	24
3.2 Visão sobre inclusão	25
3.3 Práticas pedagógicas	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	32
APÊNDICE A- REGISTRO DE OBSERVAÇÃO DA SALAS DE AULA REGULAR.....	34
APÊNDICE B- REGISTRO DE OBSERVAÇÃO NO AEE.....	35
APÊNDICE C- ENTREVISTA PARA A PROFESSORA DO AEE.....	36
APÊNDICE D- ENTREVISTA PARA A PROFESSORA DA SALA DE AULA...	37
ANEXO	38

INTRODUÇÃO

A escolha do tema surgiu a partir das experiências durante os estágios obrigatórios e levando em consideração a importância de abordar a questão da inclusão dentro das escolas. Em diferentes momentos de experiências vivenciadas em escolas públicas na cidade de João Pessoa para a minha formação inicial como pedagoga surgiram algumas inquietações em relação à Educação Especial. A que mais me chamou atenção foi com relação ao olhar do/a professor/a da sala de aula regular de ensino e do Atendimento Educacional Especializado e suas ações para a inclusão.

Posto isto, a discussão sobre as possibilidades e os desafios para a inclusão do público alvo da educação especial (PAEE) encontrados na escola podem gerar mais conhecimentos e abrir oportunidades. Diante disso, os/as professores/as precisam estar empenhados em ofertar meios e ações que combatam a exclusão.

Esta pesquisa proporcionará um aprofundamento teórico com relação à problemática, tendo em vista a importância desse diálogo para a educação. Além disso, fornecerá caminhos possíveis para a inclusão do PAEE.

Por acreditar que a educação é uma forma transformadora de gerar inclusão e diversidade no mundo, esta pesquisa terá grande significado, pois dará oportunidades para tratar dos aspectos que caracterizam a Educação Especial na perspectiva inclusiva contribuindo para a garantia da plena aprendizagem e do total acesso a todas as crianças e jovens com ou sem deficiência a uma educação mais significativa.

Do ponto de vista social, poderá colaborar para a construção de políticas públicas com recomendações para a melhoria dessa modalidade de ensino que vise a importância da inclusão e o respeito às diferenças de cada estudante.

A falta de compreensão e ou a não reflexão sobre o assunto pode gerar uma negação para o que é de direito, pois de acordo com a Constituição Federal (1988) em seu Capítulo III, Art. 205 “A **educação, direito** de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Desta forma, o/a professor/a da sala regular de ensino e do atendimento educacional especializado (AEE) devem promover essa educação da maneira mais adequada possível. Para tanto, a pesquisa buscou analisar os trabalhos de professores/as em relação à Educação Especial.

De acordo com o MEC (2019) “Apenas 5,7% dos professores no Brasil têm alguma formação em educação especial”. Levar para a escola discussões que tratem das questões que caracterizam e envolvem a Educação Especial é permitir uma formação continuada do/a professor/a que muitas vezes fica estagnada. É também dar oportunidade de fato para que esse/a professor/a venha a promover o seu papel de mediador que atende a todos estudantes.

Assim, levando em consideração o papel fundamental do/a professor/a para a inclusão do público alvo da Educação Especial na escola, a pesquisa buscou analisar os desafios e as possibilidades acerca do trabalho desses professores durante o período dos estágios supervisionados para o Ensino Fundamental e para a área da Educação Especial . Como objetivos específicos de buscar identificar a prática pedagógica do/a professor/a da sala de aula regular e do AEE; compreender a visão sobre a inclusão; e verificar o perfil de formação.

É importante ressaltar que este trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro traz os pressupostos teóricos utilizados nesta pesquisa com subitens que tratam da educação especial inclusiva, do Desenho Universal para a Aprendizagem e o trabalho colaborativo. Em seguida, um segundo capítulo expõe o material e o método para a realização da pesquisa. O terceiro capítulo apresenta os resultados e a discussão teórica dos dados coletados. E por fim, o quarto capítulo tece as considerações finais às quais chegou-se com esta pesquisa

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Educação Especial Inclusiva

Segundo Sasaki (1997), no Brasil a Educação Especial caminhou pelas fases de exclusão, segregação institucional, integração e inclusão. Esta última se sustenta na concepção de direitos humanos que entende os valores de igualdade e diferenças como algo que não se separa. O principal motivo que refletiu para essas fases foi o olhar que se tinha sobre a pessoa com deficiência e as decisões tomadas em relação aos conceitos adotados. Na fase da exclusão as pessoas nascidas com algum tipo de deficiência não atendiam aos padrões impostos pela sociedade, elas eram vistas possuídas de maldição e por esses motivos eram eliminadas. Já na fase da segregação a medicina muda a visão e passa a olhar a deficiência como algo contagioso, as pessoas com deficiência vão sendo isoladas, tratadas e institucionalizadas. Na fase de integração o entendimento era que a pessoa com deficiência precisava ser normalizada para participar da sociedade, o contexto não era avaliado, pensava-se na condição como uma questão particular do sujeito.

De acordo com o documento elaborado para apresentar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008, p. 06) foi:

A partir da visão dos direitos humanos e do conceito de cidadania fundamentado no reconhecimento das diferenças e na participação dos sujeitos, decorre uma identificação dos mecanismos e processos de hierarquização que operam na regulação e produção das desigualdades. (BRASIL, 2008)

Na busca pela inclusão podemos observar um novo olhar para os seres humanos que vem a promover novas mudanças de conceitos antes tão excludentes. A ideia da inclusão de estudantes com deficiência nas escolas brasileiras está fundamentada em documentos como a Constituição Federal (Brasil, 1988), a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Declaração, 1990), a Declaração de Salamanca (1994), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015).

A Constituição Federal Brasileira em seu Capítulo III, Art. 205, fragmento citado na introdução desta pesquisa, assegura em seus documentos a educação independente de qualquer situação para todos os brasileiros e ainda aponta a responsabilidade de fazê-la para

toda sociedade. Para compreender de fato de qual educação se busca e quais as responsabilidades da sociedade é importante e indispensável voltar-se para outros documentos que complementam a educação. As decisões que modelam as oportunidades para a educação muitas vezes deixam lacunas e é preciso ir detalhando os objetivos de acordo com o contexto.

A partir da Conferência Mundial sobre Educação para Todos surge um plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, que também é conhecida como Declaração de Jomtien. Nela os participantes reconhecem a importância da educação, suas dificuldades e firmam o compromisso com as novas gerações.

Já a Declaração de Salamanca, uma resolução das Nações Unidas, apresenta os princípios, política e prática da educação especial, trata a educação inclusiva como a possibilidade de reforçar a ideia de educação para todos. Em alguns de seus pontos é proclamado que “[...] escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos[...].”

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a educação especial em seu Capítulo V Art. 58. é entendida como “[...] a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. A LDB entre outros apontamentos sobre a Educação Especial, no mesmo artigo citado traz em seus três incisos que:

1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

3º A oferta de educação especial, nos termos do **caput** deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei. (BRASIL, 1996)

Na busca pela igualdade de inclusão, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146/2015 traz um conjunto de instruções que buscam assegurar e promover condições iguais de direitos fundamentais para a pessoa com deficiência. Essa lei surgiu com intenção de efetivar outras decisões já elaboradas, como a Convenção Internacional da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência que teve a finalidade de proteger os direitos e

dignidades desse público. Desde a Constituição Federal até os dias atuais foram surgindo orientações que cada vez vão esclarecendo e se complementando e é preciso que tenhamos o conhecimento para garantir o que de fato é nosso por direito. O/a professor/a que (re) conhece o seu/sua estudante como um sujeito de direitos e autor de sua própria história necessita ter em seu trabalho meios de garantir a inclusão de todos os/as estudantes na escola. Os documentos apresentados neste referencial são alguns que ajudam a construir uma escola/sociedade mais justa que respeita a diversidade.

Desta forma a pessoa com deficiência como qualquer outro estudante deve ter também oportunidades de acesso ao ambiente escolar e aos conhecimentos. De acordo com Mantoan (2020, p. 3):

[...]o motivo que sustenta a luta pela inclusão como uma nova perspectiva para as pessoas com deficiência é, sem dúvida, a qualidade de ensino nas escolas públicas e privadas, de modo que se tornem aptas para responder às necessidades de cada um de seus alunos, de acordo com suas especificidades, sem cair nas teias da educação especial e suas modalidades de exclusão. (MANTOAN, 2020)

A partir do momento que integramos a educação especial na proposta pedagógica da escola regular, proporcionando o atendimento às especificidades, o estudante se desenvolve no convívio de outros estudantes tornando-se parte integrante do processo.

A qualidade de ensino nas escolas não se limita apenas a questões arquitetônicas. Ela deve estar, eu diria que, principalmente nas práticas pedagógicas. Um/a professor/a que se limita às barreiras que atrapalham o processo de ensino do estudante com deficiência precisa compreender os aspectos que envolvem a Educação Especial para que possa ter mais chances de ofertar um ensino de qualidade. Segundo Mantoan (2020, p. 4) “Toda criança precisa da escola para aprender e não para marcar passo ou ser segregada em classes especiais e atendimentos à parte”. Desta forma, o/a professor/a é parte importante nesse processo de inclusão. Compreender as barreiras do processo de ensino/aprendizagem dos estudantes unindo conhecimentos abre oportunidades para poder ofertar uma educação de qualidade de maneira inclusiva.

A educação inclusiva no âmbito escolar requer uma reestruturação em vários aspectos. Nem todas as escolas estão preparadas para atender a todos os seus estudantes. De acordo com a LDB 9394/96 sobre a Educação Especial no art. 59 os sistemas de ensino devem assegurar:

- I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Desta forma, deve haver uma estrutura para a educação especial que é garantida por lei. A escola inclusiva precisa de um olhar sensível que capte todas as possibilidades. Ainda há muitos desafios, mas precisamos reconhecer que todo cidadão tem direito a uma educação de qualidade.

A escola que sonhamos respira transformação. Eglér (2000, p. 03) destaca que “a inclusão é uma inovação, cujo sentido tem sido muito distorcido e um movimento muito polemizado pelos mais diferentes segmentos educacionais e sociais”. Mas essa discussão não será o foco para essa pesquisa. Para essa autora (p. 32) , a inclusão “é uma inovação que implica num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas (especialmente as de nível básico) [...]”. Mudanças necessárias em diferentes pontos, inclusive no trabalho do professor. Buscar alternativas para além da realidade, esse deve ser o objetivo do educador “eminentemente interferidor” (FREIRE, 1989, p. 41). Vale salientar que uma prática inclusiva dentro da sala regular de ensino é um dos maiores desafios, pois muitas das vezes esses professores não receberam orientações específicas em sua formação inicial para lidar com as diferenças.

Tendo em vista os principais documentos que buscam garantir uma educação inclusiva e reconhecendo que é necessário mudar a visão tradicional sobre a educação, partimos então para o próximo tópico com a proposta de entender a atual estratégia para promoção da inclusão dentro das escolas, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA).

1.2 Desenho Universal para a Aprendizagem

Um dos principais desafios para os/as professor/as hoje é gerar a inclusão de todos os/as estudantes dentro das salas de aulas, pois todos/as somos diferentes em vários aspectos. Para Querido (2021, p. 37) “a diversidade e a diferença sempre estiveram presentes na escola. Mas hoje é vista de forma mais acentuada e se tem pensado nas melhores formas de lidar com elas na perspectiva de incluir a todos os educandos para que eles não sejam estigmatizados”.

O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) surge como um guia para a inclusão, a sua ideia é de que o currículo deve estar aberto às mudanças para que assim se tornem acessível e adequado para todos em diferentes espaços e tempos. Ele se baseou na metodologia criada na área da Arquitetura que busca eliminar barreiras no espaço físico. O conceito surgiu nos Estados Unidos no ano 1999, Universal Designer Learning (UDL), aqui traduzido como Desenho Universal para Aprendizagem (DUA). Na educação ele vem sendo muito utilizado por profissionais da área.

De acordo com Monechi (2019, p. 17):

A metodologia do DUA permite a descontinuidade do formato tradicional da sala de aula do ensino regular, contribuindo, assim, para um modelo educacional mais atrativo, atendendo não só as especificidades de pessoas com deficiência, mas a todos os alunos, endossando, então, o compromisso de garantir a equidade na educação. (MONECHI, 2019)

O modo como o/a professor/a conduz seu trabalho é peça chave para essa inclusão. O papel do professor e a função da escola em assumir o compromisso com seus estudantes de ofertar uma educação de qualidade e um ensino significativo podem abrir grandes oportunidades não só para os/as estudantes com deficiência, mas para todos/as. O/a professor/a precisa ter comprometimento, um olhar afetivo, ações motivadoras e organizar o seu trabalho conforme as demandas de sua sala de aula. O autor Querido (2021, p. 44) destaca que:

O que significa a importância de o docente organizar a intervenção pedagógica, equacionando sistematicamente estratégias diversificadas, de modo a assegurar que todos os alunos se sintam motivados para aprender, que todos tenham facilidade em aceder e compreender os conteúdos de ensino e, por último, que todos vivenciem experiências de acordo com as suas necessidades e possibilidades de expressão. (QUERIDO, 2021)

Assim, podemos considerar que são diversos pontos que apontam como um/a professor/a conduz seu trabalho. Na prática docente podemos encontrar possibilidades para

superar desafios na busca pela inclusão. Saber diferentes estratégias de ensino, conhecer e fazer uso de diferentes ferramentas entre outras coisas podem ajudar bastante nesse processo. Mas é indispensável reconhecer a diversidade e as diferenças nesse mundo atual e assumir o compromisso com o próximo.

No DUA, o que temos são oportunidades e não uma solução milagrosa. Para Nunes e Madureira (2015), este busca organizar:

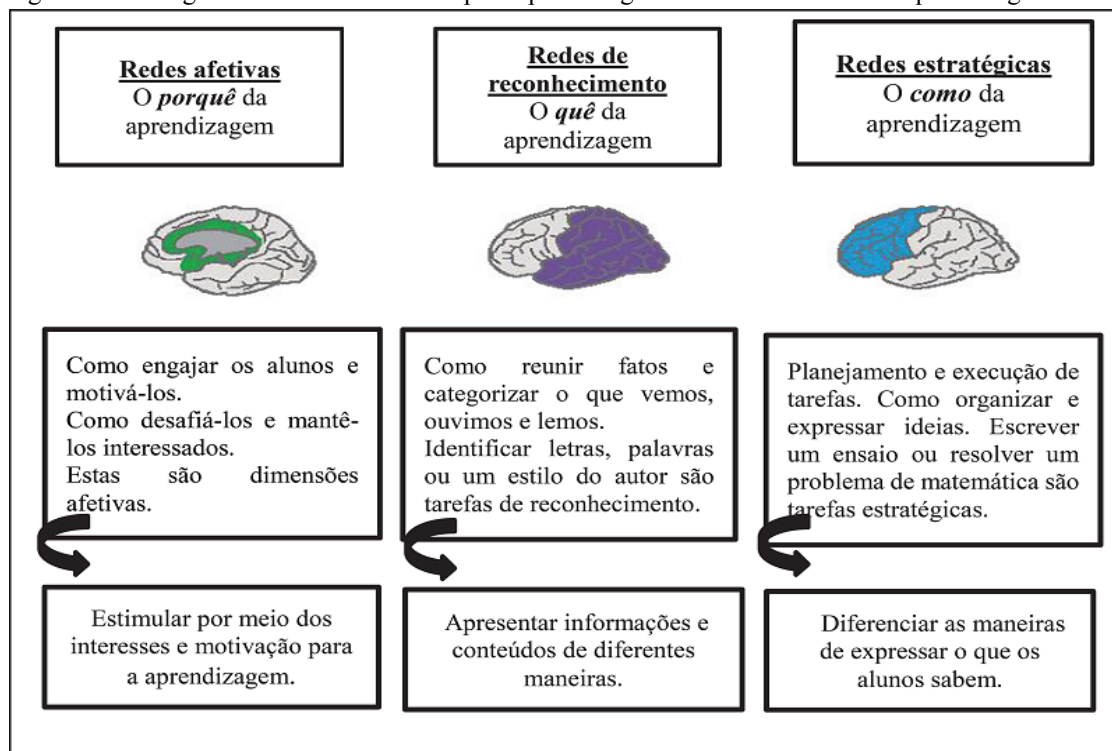
[...]uma abordagem curricular que procura ajudar os docentes a: i) responder às necessidades de diversos alunos; ii) remover as barreiras à aprendizagem; iii) flexibilizar o processo de ensino; iv) permitir aos alunos formas alternativas de acesso e envolvimento na aprendizagem e, por último, v) reduzir a necessidade de adaptações curriculares individuais, contribuindo assim para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas. (NUNES; MADUREIRA, 2015, p. 16)

Para tal, é necessário que os/as professores/as se disponham a novas mudanças e que estejam sensíveis para identificar certas barreiras durante o processo de ensino e aprendizagem de seus/suas estudantes. Mas para saber planejar o seu trabalho o/a professora demanda tempo, organização, bons conhecimentos e de colaboração de outros agentes.

O Desenho Universal para a Aprendizagem oferece orientação para criar flexibilidade que seja sistemática e eficiente. Uma das áreas que ofereceu base para essas orientações foi a neurociência, nela o cérebro é entendido como um conjunto de redes que estão conectadas simultaneamente. Na aprendizagem três redes são importantes: afetiva – capacidade de se envolver com a aprendizagem (o porquê da aprendizagem); reconhecimento – transformar informações em conhecimento (o quê da aprendizagem) e estratégica – organizar e planejar ações no ambiente (o como da aprendizagem) (CAST, 2014).

Toda ideia de pensar e construir uma estrutura para a implementação do DUA foi promovida pela Center for Applied Special Technology (CAST), uma organização de pesquisa de desenvolvimento educacional sem fins lucrativos. A partir de diretrizes criadas pela CAST podemos obter um conjunto de propostas concretas que podem ser usadas no processo de aprendizagem, podendo assim dar mais oportunidades para que de fato todos/as estudantes acessem e participem de uma aprendizagem significativa. A figura a seguir nos ajuda a compreender melhor essa estratégia.

Figura 1. Estratégias do desenho universal para aprendizagem alinhadas às redes de aprendizagem.



Fonte: Zerbato e Mendes (2018, p. 151).

Guiado por três princípios o DUA atua na prática, ele abre um leque de oportunidades para o desenvolvimento dos/as estudantes. Permite um planejamento pedagógico constante com metodologias de aprendizagens que consideram e respeitam a heterogeneidade dos/as estudantes. O primeiro princípio busca proporcionar múltiplos meios de envolvimento a partir dos interesses e das motivações de cada estudante. O segundo princípio procura proporcionar múltiplos meios de representação reconhecendo que todos aprendem de forma diferente, por isso, é preciso fazer uso de diferentes vias para a compreensão. O terceiro tende a proporcionar múltiplos meios de ação e expressão, pressupõe-se que os/as estudantes são diferentes no modo como podem participar dos momentos de aprendizagem e de que também diferem no modo de expressar as suas compreensões.

Levando esses princípios em consideração, os/as professores/as devem estruturar o seu trabalho com atividades de apresentação de conteúdo de forma criativa, com a utilização de recursos diversificados (lúdicos, tecnológicos, artísticos) que podem ajudar a todos/as inclusive os/as estudantes com deficiência.

Uma oportunidade desafiadora para os/as professores/as, pois além de necessitar de conhecimento, de flexibilização esse trabalho deve acontecer em conjunto com outros

agentes. De acordo com Zerbato e Mendes (2018, p. 154) “Quanto maiores as possibilidades de se organizar o ensino (acomodações, serviços de apoio, materiais diversificados, trabalho colaborativo de profissionais, DUA, entre outros), mais altas são as chances de participação e aprendizado dos alunos”. Todos esses pontos são importantes, talvez o trabalho colaborativo de profissionais seja o mais desafiador pois necessita de um outro sujeito. Essa será a nossa próxima discussão.

1.3 Trabalho Colaborativo

Os documentos que guiam a proposta atual para a educação no Brasil apontam para um trabalho colaborativo dentro das escolas. Muitos são os desafios e dúvidas para alcançar o objetivo da inclusão. Sobre a contribuição do trabalho colaborativo para a inclusão Rabelo (2012,p. 52) diz que esse modo de trabalho “[...] pode enriquecer a prática pedagógica, porque se tem a oportunidade de ampliar o olhar sobre as dificuldades enfrentadas e ter mais pessoas responsáveis pelo processo de escolarização dos alunos.”

O professor que adota um trabalho individual poderá limitar as oportunidades. Desta forma, é preciso compreendermos a importância da ajuda, do diálogo das experiências vividas e do compartilhamento dos conhecimentos. Esse ato deve ser entendido como algo amplo, que envolve toda a escola. Dentro dessa ideia ampla de trabalho colaborativo temos o coensino ou ensino colaborativo. Para Vilaronga, Mendes e Zerbato (2016, p. 67):

[...]é um serviço de apoio à inclusão escolar que envolve o trabalho em parceria entre um professor de Educação Especial e um professor do ensino comum em sala de aula. Conhecido também como ensino colaborativo, este tipo de serviço faz parte da proposta de alguns países para favorecer a escolarização de alunos público alvo da Educação Especial (PAEE) na classe comum das escolas regulares e vem sendo apontada como uma estratégia bastante promissora.

Com relação à inclusão dos estudantes PAEE, de acordo com Costa (2017, p. 11) “o trabalho colaborativo tem como objetivo unir os conhecimentos e habilidades dos professores do ensino comum e da Educação Especial para que juntos possam estabelecer objetivos e planificar ações a fim de enfrentar os desafios vivenciados para atender a diversidade de alunos”. Segundo Maia e Amorim (2020) o ensino colaborativo:

[...]é uma estratégia promissora a contribuir com o processo de inclusão, tendo por base a necessidade de se pensar métodos de ensino que contemple a diversidade presente na escola. Esse projeto de ensinar colaborativamente consiste na responsabilidade compartilhada entre professor da sala comum e educador especial com ações que favoreçam a aprendizagem do público PAEE dentro da sala regular e de forma conjunta. (MAIA; AMORIM, 2020, p. 03)

Assim, trabalhar colaborativamente é ampliar as possibilidades em busca de um objetivo comum. É dar condições de uma formação continuada que se faz na prática diária. Para Machado e Almeida (2010, p. 345) “[...]é criar opções para aprender e prover apoio a todos os estudantes na sala de aula de ensino regular, combinando as habilidades do professor comum e do professor especialista.”

Sobre o assunto Rabelo (2012) defende que:

[...]a definição de ensino colaborativo se constitui mais como uma filosofia de trabalho entre profissionais da educação com conhecimentos e experiências diferenciadas, do que uma técnica metodológica de trabalho. É uma atitude filosófica e crítica de olhar para um colega de trabalho como parceiro e com ele construir uma experiência conjunta de trabalho pedagógico no contexto escolar e de sala de aula. (RABELO, 2012, p. 53)

Diante disso, é importante reconhecermos que a Educação Especial é um ramo da educação que está presente desde a educação infantil até o nível superior e é preciso que seus serviços sejam disponibilizados para o seu público em toda a escola. O AEE é um desses serviços, ele surge como uma grande oportunidade para a inclusão. A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva em suas diretrizes traz a função e o papel do professor nesse atendimento:

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2008)

Para tanto, o professor do AEE deve ter formação docente e conhecimentos específicos da Educação Especial. Suas possibilidades vão além de um espaço físico

estruturado. De acordo com o artigo 5º da Resolução nº 04 de 02 de outubro de 2009 esse atendimento deve ser realizado:

[...]prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em Centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais, filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal e Municípios. (BRASIL, 2009, p. 02).

Sendo assim, esse serviço de apoio da educação especial é ofertado na sala de recursos multifuncionais e que também poderá se estender aos outros ambientes da escola, mediante a necessidade do público-alvo visando eliminar as barreiras que impeçam a participação plena desses alunos.

Desde o momento em que esses professores decidem colaborar com o trabalho de seu colega, as barreiras que dificultam ainda mais a inclusão dentro da escola vão sendo deixadas de lado e o caminho se enche de esperança.

Na colaboração, por outro lado, ao trabalharem juntos, os membros de um grupo se apoiam, visando atingir objetivos comuns negociados pelo coletivo, estabelecendo relações que tendem à não-hierarquização, liderança compartilhada, confiança mútua e co-responsabilidade pela condução das ações. (DAMIANI, 2008, p. 215).

Portanto, a responsabilidade da educação passa a ser de todos os envolvidos. São deixadas de lado aspectos que colocam o professor no centro do processo e os parceiros deixam de ser vistos como adversários. Há um reconhecimento da importância do outro no desenvolvimento do trabalho colaborativo que abre caminho para a inclusão.

2 MATERIAL E MÉTODO

Com base nos procedimentos técnicos utilizados nesta pesquisa ela se classifica como uma pesquisa de campo com foco qualitativo. Sobre esse tipo de pesquisa Gil (2002) relata que:

Tipicamente, o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. (GIL, 2002, p. 53)

2.1 Aspectos Éticos da Pesquisa

Com relação a esse ponto a pesquisa seguiu as orientações da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Anteriormente ao início das atividades da pesquisa, as professoras assinaram o Termo de Consentimento Livre e Informado e concordaram com a realização do estudo (ANEXO).

2.2 Local da pesquisa

O campo de pesquisa foi uma escola municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental localizada na cidade de João Pessoa- PB. O público atendido pela instituição eram crianças de 4 a 12 anos, um quantitativo de 649 estudantes, entre esses 31 alunos PAEE. O quadro de profissionais da educação era formado por 30 professores, sendo 3 da Educação Infantil. Na Educação Especial eram 01 professora de Libras, 02 intérpretes de Libras, 12 cuidadores. A parte administrativa era formada por 02 diretoras, uma da área pedagógica e outra administrativa. Havia ainda uma equipe técnica, uma de serviços e uma outra de apoio;

Sua estrutura era bem ampla, com onze salas de aula, sala de diretoria, sala de professores, laboratório de informática, sala de recursos multifuncionais, quadra de esportes coberta, cozinha, biblioteca, sala de leitura, banheiro adequado à educação infantil, banheiro adequado à alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, sala de secretaria, um pátio e refeitório.

2.3 Participantes da Pesquisa

O estudo teve como participantes duas professoras. Ambas atuavam na escola campo para essa pesquisa. Por motivos éticos, os nomes das professoras foram mantidos em sigilo. Seus nomes fictícios foram: a professora da sala regular “P1”, a professora do AEE “P2”.

2.4 Procedimentos para coleta e análise dos dados

Para a coleta dos dados foi elaborado um registro de observação (APÊNDICES A e B) e entrevistas semiestruturadas (APÊNDICES C e D). Manzini (1991, p. 154) compreende que “a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista”.

A intenção da utilização de um registro de observação foi o de ampliar a visão das possíveis possibilidades e desafios para a educação especial inclusiva, e também de compreender melhor os diferentes fatores que possam ter influenciado nos dados que foram coletados durante as entrevistas. Esse registro acompanhou os momentos do estágio obrigatório para o Ensino Fundamental e para a área da Educação Especial da estagiária-pesquisadora, somou-se um total de 28 horas de observação. O local para essas observações foram a sala de aula regular de uma turma do 4º ano e a sala de recursos multifuncionais.

Já o roteiro das entrevistas foram elaboradas previamente. Suas aplicações aconteceram na escola em dias e horários diferentes, foram sessões únicas. Primeiro pude encontrar com a professora “P1”, durante o momento em que sua turma estava assistindo aula de Inglês com outro professor. A entrevista ocorreu na biblioteca da escola. Alguns dias depois pude ir novamente a escola realizar a entrevista com a professora “P2”, na sala de SRM em um momento que ela estava disponível para me atender.

A entrevista seguiu o foco qualitativo, elas foram gravadas por áudio, por meio de um celular com uso do aplicativo Gravador de voz-voz. Em seguida elas foram transcritas e organizadas a partir dos temas que nortearam a elaboração das entrevistas. A utilização desse instrumento se deu pelo motivo de dar mais amplitude às respostas.

A partir da apreciação do material coletado, foram determinados temas norteadores, tendo como referência a análise de conteúdo dos dados. Os temas norteadores estão representados no quadro abaixo, para uma melhor compreensão das reflexões feitas neste tópico.

Quadro 1: temas norteadores para a análise.

TEMAS	RELAÇÃO
Identificação docente	Formação acadêmica e experiências.
Visão sobre inclusão	Percepção da importância, de suas possibilidades e dificuldades.
Prática pedagógica	Metodologia, avaliação, planejamento e interação.

Fonte: produção da pesquisadora.

Por meio das entrevistas feitas às professoras participantes da pesquisa e a aplicação do registro de observação, foi possível compreender aspectos relevantes para o estudo em questão.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 Descrição das participantes

Participaram deste estudo duas professoras. P1, é formada em pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba no ano de 2006 com aprofundamento na área da Educação Especial. Está na rede municipal desde 2008. A turma com que ela estava trabalhando era o 4º ano do ensino fundamental no turno da tarde. Eram 34 alunos, entre eles 2 estudantes da educação especial.

Com relação a P2, era formada também em pedagogia, especialista em psicopedagogia. Possuía cursos específicos para a área da educação especial como a Libras. Já atuava na escola desde 2021. Seus atendimentos eram feitos na sala de recursos multifuncionais, ela atendia 31 alunos com especificidades para a síndrome de down, transtorno do espectro autista, deficiência física e TDAH.

De acordo com a LDB 9394/96 no capítulo sobre Educação Especial, os sistemas de ensino devem assegurar profissionais com especialização para o AEE e professores capacitados para a sala de aula regular. O olhar do professor do AEE, seus conhecimentos e suas experiências podem contribuir bastante para o trabalho do professor da sala regular de ensino, mas ele necessita também da contribuição de outros agentes. Segundo Rabelo (2012, p. 47) “o perfil do professor do ensino comum no contexto da educação inclusiva é bastante ambicioso, e ele pode precisar do apoio sistemático dos profissionais do ensino especial para a construção de práticas inclusivas na escola.” O professor da sala regular de ensino tem a função de orientar a aprendizagem do aluno, participar no processo de planejamento das atividades da escola, contribuir para aprimorar a qualidade do ensino, e muitas das vezes é esse professor que mais poderá ter chances de perceber as barreiras na aprendizagem do estudante.

Neste sentido, a formação continuada deve ser vista como uma atividade que vai dando ao/a professor/a oportunidades de desenvolver suas habilidades para atender melhor as especificidades de seus alunos.

Mas, essa formação continuada às vezes não é possível por demandar tempo de sua vida. O cotidiano escolar deve ser visto como um ambiente rico de informações para essa formação. Para Rabelo (2012):

Na prática as experiências de ensino colaborativo entre professores do ensino comum e do ensino especial exigem habilidades, saberes e atitudes para se construir e vivenciar uma cultura colaborativa na escola. Com resultados positivos na escolarização de alunos com NEEs, há impactos positivos também na formação dos participantes: desenvolvimento de habilidades profissionais na perspectiva da inclusão. (RABELO, 2012, p. 55)

Com base nesta citação, pode-se perceber o quanto o trabalho colaborativo traz grande contribuição tanto na formação continuada dos/as professores/as, quanto no processo de inclusão dos estudantes.

3.2 Visão sobre inclusão

Segundo Mantoan (2003, p. 20) “[...] a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno”.

Com relação a esse ponto foram feitas perguntas para as professoras com relação à visão sobre a inclusão, quais eram os desafios e suas possibilidades. Suas respostas sobre o olhar para a inclusão foram:

P1- [...]há uma grande responsabilidade e compromisso que é destinado à escola. Ela sendo um principal espaço de inclusão social. Sabemos do papel da escola na vida de todos para efetivação da cidadania. E os alunos especiais, eles têm igual direito a esse espaço para a convivência social e a educação formal.

P2- [...]estou procurando cada vez mais me formar. Em relação para passar a esses profissionais conhecimentos para que eles também tenham essa visibilidade em entender, compreender cada aluno como um ser único. Para que todos nós consigamos trabalhar com a igualdade e a inclusão ser realmente realizada com sucesso.

É possível perceber na resposta de P1 que a inclusão escolar é vista como oportunidade para a cidadania. A escola é vista como espaço para essa inclusão social e há um reconhecimento dos direitos do estudante PAEE. Já P2 inicia sua fala relatando que vem em um processo de formação continuada e que seu objetivo é adquirir conhecimentos para compartilhá-los com outros profissionais e assim gerar igualdade e inclusão.

Durante os registros de observação foi possível perceber um grande esforço para oferecer oportunidades de desenvolvimento para os estudantes da educação especial. Durante as regências em sala de aula foi evidente uma relação professor-aluno que preza pelo respeito às diferenças. Quando partimos para observar o AEE, a relação entre P2 e os estudantes também é de respeito às suas especificidades junto a um grande entusiasmo.

Quando se perguntou sobre os desafios para a inclusão as professoras disseram que:

P1- os desafios ainda hoje, com toda tecnologia disponível, com toda conscientização, ultrapassa as questões de acessibilidade a escola. Porque está no fazer pedagógico, no dia dia na sala de aula. Por mais recursos tecnológicos, visuais, materiais pedagógicos, suporte do AEE ou de um cuidador em sala de aula que se tem. O tempo professor-aluno é imprescindível no processo. Para estimular, para desenvolver e obter os resultados na aprendizagem. E esse tempo não é bem aproveitado em sala de aula, pois o professor na sala regular se vê sozinho para fazer os direcionamentos de atividades com todos e dar o suporte Além também de tirar as dúvidas dos demais. Como também a questão da disciplina na turma. Então a todo momento se faz necessário se voltar à turma, para atender a todos e isso atrapalha muito o foco de aprendizagem com o aluno especial. Vejo também muitas cobranças por parte do sistema educacional em elaborar planos individuais, metodologias, avaliações com público da educação especial. Que eu concordo que deve ser assim, mas não temos formação continuada e nem suporte para tais práticas.

P2- Infelizmente eu fico muito triste em dizer que o maior desafio é a própria inclusão. Ainda estamos nos galgando para isso. Há falta de empatia, falta de respeito, falta de compromisso. E isso me deixa muito triste, mas também me deixa muito energizada porque através disso eu procuro cada vez mais buscar conhecimentos e galgar para que eu alcance um dia esse objetivo, né. . É, essa inclusão, essa igualdade na realidade e equidade também.

Durante os registros das observações pode-se perceber que a escola tinha uma estrutura física não adequada para promover acessibilidade dos estudantes da educação especial, salas com carteiras enfileiradas com espaços insuficientes para a locomoção de um cadeirante, características que ainda denunciam um modelo tradicional. Nas falas das professoras podemos observar que os desafios estão para além das questões arquitetônicas. Ambas relatam a importância da participação de outros agentes para a inclusão. A P1 fala de maneira mais detalhada e amplia a sua reflexão apontando a falta de tempo disponível para o seu trabalho com estudantes PAEE e também a alta demanda de cobranças por parte do sistema educacional.

Neste caso, talvez uma abordagem curricular como o DUA poderia ajudar a eliminar tais dificuldades, pois ele nos desafia a repensar os meios para a aprendizagem dos estudantes, uma mudança que traz a flexibilidade necessária para atender as diferentes formas de

aprender. Na escola ainda podemos registrar dificuldades para concretizar a inclusão, seja por falta de formação, de tempo, de colaboração.

A inclusão escolar requer mudanças em vários aspectos. Pois para Mantoan (2003):

O mundo gira e, nestas voltas, vai mudando, e nestas mutações, ora drásticas ora nem tanto, vamos também nos envolvendo e convivendo com o novo, mesmo que não nos apercebamos disso. Há, contudo, os mais sensíveis, os que estão de prontidão, “plugados” nessas reviravoltas e que dão os primeiros gritos de alarme, quando antevêm o novo, a necessidade do novo, a emergência do novo, a urgência de adotá-lo, para não sucumbir à morte, à degradação do tempo, à decrepitude da vida. (MANTOAN, 2003, p. 11)

O novo deve ser visto como oportunidade para refletir o que a escola precisa para melhorar a qualidade do ensino. Outro aspecto importante é a construção de uma cultura colaborativa. Segundo Zerbato e Mendes (2018, p. 149) “uma escola inclusiva requer, entre vários aspectos, a construção de uma cultura colaborativa que vise a parceria com professores de Educação Especial e profissionais especializados, a fim de elaborar e implementar práticas pedagógicas inclusivas.”

No que se refere às possibilidades as professoras relatam que:

P1- [...] exercendo anos e anos, de meu trabalho como professora de sala de aula regular e atendendo os alunos especiais eu conto com a minha disposição, iniciativa de pesquisar, de elaborar, de confeccionar.

E também a gente conta muito, a gente conta muito com a parceria da família. Porque a família é que nos traz informações sobre a criança. Vamos somando informações dos pais, da professora do ano anterior, da cuidadora que acompanha ele desde do ano anterior. E a gente vai colhendo essas informações e eu como professora vou percebendo isso no aluno para poder tomar por base todas essas questões e planejar uma atividade que realmente contemple as necessidades dele.

P2- Já faz aproximadamente dois anos que eu faço parte dessa instituição, estou procurando cada vez mais me formar. Para passar a esses profissionais conhecimentos para que eles também tenham essa visibilidade em entender, compreender cada aluno como um ser único. Para que todos nós consigamos trabalhar com a igualdade e a inclusão ser realmente realizada com sucesso. Esse é o meu objetivo.

Na resposta de P1 ela traz o relato de que tem se esforçado bastante para conseguir atender os estudantes PAEE. Ainda reconhece a importância da participação da família e de outros profissionais para o seu trabalho. Para Mantoan (2003, p. 30):

Os pais podem ser nossos grandes aliados na reconstrução da nova escola brasileira. Eles são uma força estimuladora e reivindicadora dessa tão almejada recriação da

escola, exigindo o melhor para seus filhos, com ou sem deficiências, e não se contentando com projetos e programas que continuem batendo nas mesmas teclas e maquiando o que sempre existiu. (MANTOAN, 2003, p. 30)

Na resposta de P2 também há um relato de esforço para uma qualificação adequada e o reconhecimento da importância de compartilhar seus conhecimentos para gerar em outros profissionais um olhar mais atento às diferenças. De acordo com Moneshi (2019, p. 48) “os alunos PAEE carecem de um olhar atento e diferenciado, diante disso, torna-se fundamental que o professor seja formado para conhecer e aprender a lidar com as possíveis diversidades existentes no espaço escolar[...] e ainda, “[...] cabe a este docente o papel de articular com toda a equipe escolar, de forma que a educação inclusiva não se restrinja ao trabalho desenvolvido na sala de recursos[...]”. O/a professor/a não deve lutar sozinho pela inclusão, toda a escola deve estar envolvida. É nessa busca que a escola vai melhorando suas condições, preparando melhor as futuras gerações.

3.3 Práticas pedagógicas

As perguntas que buscaram compreender as práticas pedagógicas analisaram a metodologia, a avaliação e o planejamento. Com relação às metodologias utilizadas pelas professoras elas responderam que:

P1- Geralmente eu utilizo jogos educativos e atividades adaptadas junto ao aluno para a construção do conhecimento proposto. Eu procuro trazer para eles uma atividade que seja de fácil compreensão, auto explicativa, e que eu não precise estar a todo momento com eles. E aí eles vão tentando fazer aqueles que eles conseguirem e o que não conseguir depois de forma coletiva a gente faz uma correção, tiramos dúvidas. Pra que eu possa ficar nesse momento com os alunos especiais.

P2- Nós fazemos adaptações para a criança com deficiência física, deficiência auditiva e transtorno global. Como também TEA e síndrome de down porque todos eles têm o cognitivo comprometido. Adaptações pedagógicas necessárias que chamamos de PEI juntamente com as atividades adaptadas e avaliações também.

As duas professoras fazem uso de adaptações. Para Monechi (2019, p. 15) “[...] a adaptação de materiais e de recursos didáticos utilizados e a mediação do professor em relação ao desenvolvimento dos educandos, especialmente àqueles com deficiência, tornam-se fundamentais para que as dificuldades de aprendizagem de cada indivíduo sejam atendidas”.

Observando os procedimentos metodológicos pedagógicos adotados notou-se que existiam ações que buscavam refletir juntas as questões que envolvem uma aula inclusiva, principalmente no tocante das adequações ou adaptações curriculares.

Quando a pergunta foi sobre de como eram feitos os planejamentos das aulas e do atendimento e qual era a relação entre as professoras as respostas foram:

P1- Existe um planejamento anual, que é o plano de curso. Existe um planejamento mensal que é com todos os professores. É uma reunião com informes pedagógicos e direcionamentos, para o próximo período. E tem o planejamento diário que a gente faz por semana. Para o público alvo da educação especial acontece da mesma forma. Então existe o plano anual, plano mensal e o plano diário que é com base na semana. A relação entre o professor de sala de aula regular com o professor do AEE é aquela relação assim do atendimento individualizado que o aluno tem o horário para ir à sala, fazer o atendimento. [...] às vezes acontece de ter um material confeccionado e aí é disponibilizado para uso em sala de aula.

P2- Nós temos planejamentos quinzenais, bimestrais e também temos diários. Porque a partir do momento que a criança está na sala de aula regular eu tenho esse contato para observar, para ver as demandas, as observações. Junto com a professora nós fazemos esse diagnóstico de avaliação para melhorar cada vez mais o desenvolvimento do aluno com sua aprendizagem.

As professoras responderam que há planejamentos para receber informações pedagógicas e orientações de uma forma mais geral. P2 ainda relata colher informações junto a professora da sala de aula regular para poder pensar em um planejamento de seu atendimento, esse ato de observar a situação atual e pensar algo para promover o desenvolvimento do estudante. Vilaronga, Mendes e Zerbato (2016, p. 68) entendem:

[...]que um dos fatores mais importantes para o sucesso da inclusão escolar é o trabalho em conjunto dos profissionais envolvidos, mas a escola não se demonstra preparada para promover e possibilitar a colaboração entre os professores, pois esta exige uma mudança na cultura escolar e nas formas de se trabalhar em sala de aula. (VILARONGA; MENDES; ZERBATO, 2016, p. 68)

Quando perguntou-se sobre o tipo de avaliação utilizada pelas professoras elas disseram que:

P1- A avaliação é com base naquilo que o aluno nos dá de resposta [...] Mas assim, se tratando da avaliação ela tem que ser com uma linguagem adequada à criança, de compreensão também e das abordagens. O que é muito importante, é, o fator abordagem, porque é como a criança vai entender, como ela vai assimilar. Porque a avaliação para eles nesse caso percorre durante todo processo, a todo momento a gente tá avaliando. Como a gente trabalha inclusão, então quando eu faço uma prova

com a turma eles também querem. Quando eu trabalho um tema, uma temática que faz um trabalho de pesquisa, eles também querem. E a gente só faz a questão da adaptação, da linguagem, da compreensão. Para que eles possam assimilar e dar esse retorno em relação ao que realmente a gente conseguiu consolidar. O que eles aprenderam.

P2- Eu avalio em um todo, em todas as áreas. Porque eu acredito muito que todo o aluno ele possui sim um conhecimento, ele possui sim uma aprendizagem. E a partir do conhecimento desse aluno eu começo a avaliar de uma forma muito assertiva para que ele possa realmente aprender e desenvolver o seu potencial na área cognitiva ou em qualquer uma das áreas que ele esteja comprometido.

Além de realizar uma avaliação diagnóstica, P1 faz uso de prova escrita. Na prova, a professora diz que é muito importante a abordagem do conteúdo e o uso de uma linguagem mais acessível para o estudante. Percebe-se um relato que se alinha a uma perspectiva do Desenho Universal para a Aprendizagem, pois de acordo com a CAST (2011, p. 5) compreende-se que “os alunos diferem no modo como percebem e compreendem a informação que lhes é apresentada”. Já P2 avalia os conhecimentos prévios do estudante e em seguida acompanha o processo de seu desenvolvimento olhando para outros aspectos além do cognitivo. Mantoan (2020) entende que:

O sucesso da inclusão de alunos com deficiência na escola regular decorre, portanto, das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes. E só se consegue atingir esse sucesso, quando a escola regular assume que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado, a aprendizagem é concebida e avaliada.

Desta forma, as possibilidades tornam-se caminhos possíveis para a inclusão. O/a professor/a deve considerar a necessidade de mudanças quando avalia o estudante e nota que sua prática pedagógica pode não estar oportunizando experiências significativas para o desenvolvimento do aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa trouxe grandes contribuições para a minha formação acadêmica como pedagoga. O trabalho teve o objetivo de analisar os desafios e as possibilidades acerca do trabalho da professora da sala comum e do AEE.

O estudo proporcionou conhecimentos importantes para a formação docente, trouxe discussões sobre a educação especial inclusiva, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e o trabalho colaborativo. O modo como foram coletados os dados foi de grande importância, pois deu oportunidades de refletir na prática as questões do estudo.

Desta forma, nota-se que a Educação Especial na perspectiva da inclusão ainda enfrenta muitos desafios. Há uma falta de formação específica para o professor da sala regular e uma grande demanda de tempo na sala de aula, contudo, a colaboração do professor do Atendimento Educacional Especializado abre oportunidades para uma formação continuada que se constrói no cotidiano. Além disso, foi possível perceber que o trabalho individualizado ainda é bem presente na escola.

O estudo permitiu concluir que há uma demanda para além da prática do professor, questões políticas e estruturais, que acabam interferindo no modelo de trabalho desse profissional e que aliadas a uma falta de formação continuada se configuram como um grande desafio para a inclusão. Mas apesar de, foi notório a disposição e o reconhecimento da educação especial inclusiva.

É importante destacar que durante o período da pesquisa a sociedade estava passando por um período de muitos casos gripais, por esse motivo muitos alunos estavam sem ir para a escola, inclusive os estudantes da educação especial. Foi difícil observar algumas questões sem ter a presença deles na escola.

Por fim, esperamos que esse trabalho contribua para novos estudos que priorizem a qualidade do ensino dos estudantes da educação especial, como também pesquisas que aprofundem o tema de novas estratégias que possibilitem a inclusão escolar por meio de um trabalho colaborativo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008a.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 04 de 02 de outubro de 2009.** Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na modalidade básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> acesso em: 20 fevereiro, 2023.

COSTA, Camila Rodrigues. **Análise de princípios para o trabalho colaborativo : um estudo com professores de educação física e do atendimento educacional especializado.** Marília, 2017.

CAST UDL. Learn About Universal Design for Learning (UDL). 2006. Disponível em:
<<http://bookbuilder.cast.org/learn.php>>. Acesso em: 11 de março de 2023.

DAMIANI, Magda Floriana. Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios. **Educar.** Curitiba: Editora UFPR, n. 31, p. 213-230, 2008.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.** Salamanca – Espanha, 1994. FOUCAULT, Michel.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro, **Paz e Terra**, 1989.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo : Atlas, 2002.

LIMA, J. **As Culturas Colaborativas nas Escolas: Estruturas, processos e conteúdos.** Porto: Porto Editora, 2002.

MAIA, Joycy Beatriz Moreira; AMORIM, Marília Carollyne Soares. **O ensino colaborativo como estratégia à inclusão.** In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, nº VII, 2020, Maceió- AL.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5 ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

MANTOAN, Maria T. Eglér. **Educação para todos: desafios, ações, perspectivas da inclusão nas escolas brasileiras**. Rev. online Bibl. Prof. Joel Martins, Campinas, SP, v.1, n.3, jun. 2000.

MACHADO, A. C.; ALMEIDA, M. A. Parceria no contexto escolar: uma experiência de ensino colaborativo para educação inclusiva. **Revista Psicopedagogia**. 2010, v.27, n.8, p.1-8. Disponível em:. Acesso em: 10 dez. 2015.

MANTOAN, Maria T. Eglér. **INCLUSÃO ESCOLAR: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo : Moderna , 2003. — (Coleção cotidiano escolar)

MANZINI, Eduardo José. **Considerações sobre a transcrição de entrevistas**. 2008.

MEC. 2019. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/84021-capacitacao-de-professores-na-educacao-indigena-e-especial-e-aposta-para-2020>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2023.

MENDES, E. G.; VILARONGA, A. A. R.; ZERBATO, A. P. **Ensino Colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial**. São Carlos: EDUFSCar, 2014.

MONECHI, Alessandra Boldrini. **A formação do professor na perspectiva do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA)**. São Mateus- ES. 2019.

NUNES Clarisse; MADUREIRA.Isabel. Desenho Universal para a Aprendizagem: Construindo práticas pedagógicas inclusivas. **Da Investigação às Práticas: Estudos de Natureza Educacional**,v. 5,n. 2, p.126-143, 2015.

QUERIDO, Valéria do Nascimento. **O desenho universal para aprendizagem e as rodas de conversas: uma contribuição para aulas mais inclusivas**. Rio de Janeiro- RJ. 2021.

RABELO, Lucélia Cardoso Cavalcante. **Ensino colaborativo como estratégia de formação continuada de professores para favorecer a inclusão escolar**. São Carlos : UFSCar, 2012. SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

UNESCO. Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia, 1990.

VILARONGA, Carla Ariela Rios; ZERBATO, Ana Paula;MENDES, Enicéia Gonçalves. O trabalho em colaboração para apoio da inclusão escolar da teoria à prática docente. **Interfaces da Educação**. Paranaíba, v.7, n.19, p.66-87, 2016.

ZERBATO, Ana Paula; MENDES, Enicéia Gonçalves. Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. **Educação Unisinos**. v. 22, nº 2, abril/junho 2018.

APÊNDICE A- Registro de observação da sala de aula regular

Ciclo / Ano Fase / Turma:

Semestre:

Horário da aula:

1. Estrutura física- Mobiliário; Disposição das carteiras; Estímulos visuais; Condições para mobilidade; Luminosidade; Disposição da carteira; Acústica; Localização da sala.
2. Objetivo da aula- (Explicitamente colocado(s) ou inferido(s) pelo estagiário)
3. Conteúdo trabalhado
4. Procedimentos metodológicos adotados (qual a opção metodológica do professor; quais recursos didáticos utilizados)
5. Características dos alunos (classe social, faixa etária, número de alunos, nível de interesse, atitudes, comportamentos evidenciados, frequência, etc.)
6. Relacionamento professor/aluno (Descrição das evidências colhidas em termos do tipo de relação existente entre alunos e professor; se é cordial, tensa, formal, informal, permissiva, etc.)
7. Desenvolvimento da aula (Relato descritivo da aula, ou seja, da sequência das atividades realizadas)
8. Apreciação da aula (Uma apreciação pessoal sobre a aula observada como um todo. Considerar principalmente, o desempenho do(a) professor(a) em relação à dinâmica da aula para gerar inclusão)

APÊNDICE B- Registro de observação do atendimento educacional especializado

Ciclo / Ano Fase / Turma:

Semestre:

Horário do atendimento:

1. Estrutura física da SRM- Mobiliário; Disposição das carteiras; Estímulos visuais; Condições para mobilidade; Luminosidade; Disposição da carteira; Acústica; Localização da sala.
2. Objetivo do atendimento- (Explicitamente colocado(s) ou inferido(s) pelo estagiário)
3. Habilidades trabalhadas
4. Procedimentos metodológicos adotados (qual a opção metodológica do professor; quais recursos utilizados)
5. Característica do aluno (classe social, faixa etária, número de alunos, nível de interesse, atitudes, comportamentos evidenciados, frequência, etc.)
6. Relacionamento professor/aluno (Descrição das evidências colhidas em termos do tipo de relação existente entre alunos e professor; se é cordial, tensa, formal, informal, permissiva, etc.)
7. Desenvolvimento do atendimento (Relato descritivo da aula, ou seja, da sequência do atendimento realizado)
8. Apreciação do atendimento (Uma apreciação pessoal sobre a aula observada como um todo. Considerar principalmente, o desempenho do(a) professor(a) em relação à dinâmica da aula para gerar inclusão)

APÊNDICE C- Entrevista para a professora do AEE

Dados de identificação

Escolaridade: () Ensino Médio () Ensino Superior () Especialização () Mestrado
() Doutorado

Área de formação acadêmica: _____

Tempo como professora do AEE: ____ anos

1. Quais são as formações que você tem para atender melhor o PAEE?
1. Como funciona o AEE aqui nesta escola?
2. Você tem contato com o professor do ensino regular?
3. Se sim, como é esse contato?
4. Quantos são os alunos que frequentam o AEE nesta escola? Quais as especificidades?
5. Qual(is) o(os) requisito(s) para o/a aluno/a receberem Atendimento Educacional Especializado?
6. Algum(a) aluno(a) faz uso de adaptações pedagógicas para o ensino regular?
7. Se sim, quais?
8. Quem faz as adaptações e como são pensadas?
9. Algum(a) aluno(a) assistido pelo AEE faz uso de algum recurso de acessibilidade?
10. Se sim, quais?
11. Os alunos têm algum plano de Atendimento Educacional Especializado?
12. Se sim, como é elaborado esse plano?
13. Em uma escala de 0 para ruim e 10 para ótimo, como você avalia o processo de aprendizagem de seus/suas alunos/as? Por que considera essa pontuação?
14. Quais são suas maiores dificuldades ao realizar seu trabalho?
15. Como você considera que seja possível gerar inclusão dentro das escolas?
16. Você acredita que há alguma(s) ideia(s) equivocada(s) sobre a inclusão ? Qual (is) seria (am)?
17. Como você avalia o/a aluno/a nesse processo do AEE?
18. Qual é a sua percepção acerca do seu papel na mediação para a inclusão?
19. Os alunos são ativamente envolvidos na sua própria aprendizagem. Como?
20. Como você percebe a convivência dos alunos em sala de aula regular?

APÊNDICE D- Entrevista para a professora da sala de aula regular

Dados de identificação

Sexo: () Feminino () Masculino

Escolaridade: () Ensino Médio () Ensino Superior () Especialização () Mestrado
() Doutorado

Área de formação acadêmica: _____

Tempo de docência: _____ anos

Quanto tempo de atuação em docência com alunos com deficiência: _____ anos

1. Você tem alguma formação em Educação Especial?
2. Se sim, qual?
3. Em sua turma você atende alguma criança Público Alvo da Educação Especial?
4. Se sim, qual(is) as especificidades?
5. Qual/quais a/as metodologia/as são utilizadas em seu trabalho?
6. Quais atividades você utiliza com a turma no momento?
7. Algum(a) aluno(a) faz uso de adaptações pedagógicas para o ensino regular?
8. Se sim, quais?
9. Algum(a) aluno(a) assistido pelo AEE faz uso de algum recurso de acessibilidade?
10. Como e quando são realizados os planejamentos para a turma?
11. Qual o instrumento de avaliação da aprendizagem que você utiliza?
12. Qual a relação entre o seu trabalho e o trabalho do/da professor/a do Atendimento Educacional Especializado?
13. Você busca, em sala de aula, utilizar práticas pedagógicas que atendam às reais necessidades e especificidades do aluno PAEE? Se sim, descreva um exemplo,
14. Qual é a sua percepção acerca do seu papel na mediação para a inclusão?
15. Os alunos são ativamente envolvidos na sua própria aprendizagem. Como?
16. Como você percebe a convivência dos alunos em sala de aula regular?
17. Que considerações você pode fazer sobre a inclusão na escola regular? Quais são os principais desafios?
18. Em uma escala de 0 para ruim e 10 para ótimo, como você avalia o processo de aprendizagem de seus/suas alunos/as? Por que considera essa pontuação?

ANEXO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

VOCÊ está sendo CONVIDADO a participar de uma pesquisa sobre educação especial na perspectiva da inclusão. A pesquisadora responsável é a aluna Ana Karolina do Nascimento Maciel, graduanda do curso de pedagogia da Universidade Federal da Paraíba e a Dr^a. Izaura Maria de Andrade da Silva, orientadora.

O OBJETIVO da pesquisa é refletir sobre quais os desafios e possibilidades dos/as professores/as com relação a diferentes aspectos da Educação Especial na perspectiva da inclusão.

A SUA PARTICIPAÇÃO CONSISTIRÁ em fornecer informações por meio de entrevista semiestruturada em áudio gravado sobre as questões estudadas. A sua participação nesse estudo é fundamental, mas voluntária e você poderá desistir de participar da pesquisa em qualquer momento. Todas as informações de identificação pessoal coletadas serão mantidas de forma confidencial. O seu nome não será vinculado aos resultados deste estudo quando os mesmos forem publicados, os dados serão analisados e divulgados de forma coletiva. Sinta-se à vontade para esclarecer qualquer dúvida antes de decidir sobre a sua participação no estudo, e até durante a entrevista.

PARA DEMAIS INFORMAÇÕES você poderá entrar em contato com Ana Karolina do Nascimento Maciel pelo telefone (83)98611-1080, por e-mail anakarolina.maciел@hotmail.com ou no endereço Av. Valdemar Naziazeno, N°1250 Condomínio Major Emídio Sarmiento casa 95, Ernesto Geisel- PB.

Eu _____ declaro ter lido o conteúdo do presente Termo de Consentimento e concordo em participar desse estudo de forma livre e esclarecida. Também declaro ter recebido cópia deste termo.

Assinatura do participante

Nome do entrevistador

João Pessoa ____/____/____.